

O PROCESSO DE OCIDENTALIZAÇÃO DO MUNDO SOB UMA PERSPECTIVA CHINESA. Rafael Amaral Pierina, Elizabethe Sanches Rocha – Inter-áreas – Humanas – Departamento de Ciências Sociais e Política Internacional – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

O processo de globalização tem início com a aceitação da teoria liberal como hegemônica, tanto no domínio político quanto no econômico, cujo exercício do poder se torna mais notável nestes. Entretanto, nos escapa uma outra esfera a qual o poder também é utilizado: a ideológica. O poder ideológico é dependente da natureza do homem como animal falante e nos é tocado através da “produção e transmissão de idéias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos mediante o uso da palavra” (BOBBIO, p.11).

Enquanto Hobbes subordinava as relações de mercado e propriedade ao poder político, “Locke afirma que o governo civil deveria limitar-se a garantir e ampliar os direitos presentes na condição natural do homem, na qual todos os indivíduos seriam livres, iguais, proprietários e racionais” (ROIO, 1998, p. 72). Locke cria, deste modo, a relação necessária para o estabelecimento do paradigma do liberalismo clássico. Ao relacionar os três primeiros fundamentos – liberdade, igualdade, propriedade – o autor subjuga o político ao econômico, pois considera que somente com a posse é que o indivíduo se vê livre e, assim, capaz de participar da comunidade política. Sendo assim, o cidadão proprietário é livre, político e racional, na medida em que esta última é medida pela propriedade acumulada pela vida do indivíduo, enquanto os despossuídos são vistos como irracionais e não iguais perante a recente elite burguesa. Esta encontra-se em conflito com o seu *outro* irracional interno – o proletariado – bem como com o externo – a Ásia.

O liberalismo, portanto, solidificou as bases da modernidade capitalista pela reprodução desta por parte da burguesia, a qual se torna cada vez mais crescente devido ao processo de industrialização. A formação de um bloco histórico criador da modernidade se realiza pela burguesia como classe social para a hegemonia econômica e cultural (ROIO, idem, p. 73). “O liberalismo se constituía numa ideologia admirável para justificar esta ordem antiga. O livre comércio excluía efetivamente, por hipótese, qualquer injustiça e qualquer desigualdade no plano econômico” (LATOUCHE, 1996, p. 22).

Como teoria excludente, pois entende a acumulação proprietária individual como uso da razão e requisito para a participação política, o liberalismo necessita de um constante processo de reinvenção da subalternidade. A visão de Locke é clara o bastante para qualquer explicação; entretanto, seguindo a tradição liberal, Montesquieu compreende as bases liberais como atreladas à religião cristã, defendendo, assim, a nobreza e renegando a ascensão da burguesia. Para este autor, o *outro* negativo externo a ser conquistado é o despotismo, característico do oriente, cuja única lógica decorre da natureza visto que o governo é regulado pelas paixões do déspota; assim, a única saída possível seria a criação de um mercado mundial pelo processo de ocidentalização do Oriente, através da “imposição da religião cristã, que modera os espíritos, e um direito civil e político que alterasse substancialmente os costumes próprios do despotismo, que por sua vez, decorrem do clima”.

O liberalismo contribuiu, e muito, para a expansão do Ocidente rumo ao Oriente. A Inglaterra particularmente teve um papel destacado nessa expansão, pois serviu como pólo difusor da modernidade capitalista, já que existia em sua configuração a “preponderância do individualismo proprietário no conjunto das camadas sociais dominantes e na intelectualidade, e de uma institucionalidade liberal antecipadora do Estado nacional, criadora das condições culturais e institucionais para que a partir da década de 80 do séc. XVIII um decisivo processo de transformações técnico-econômico tivesse início” (ROIO, idem, 115), cujo ápice é a revolução industrial, construtora das bases materiais da modernidade.

A modernidade tem como referência o sistema capitalista de Estados – comunidade imaginária que representa os interesses dos indivíduos livres –, os quais estão em choque com outras nacionalidades. Como reprodução do modelo social existente no Ocidente, a expansão do bloco histórico em busca da concretização de seu projeto de mercado mundial se faz, inicialmente, pelo uso da violência. “Assim, a guerra também é constitutiva do bloco histórico

do Ocidente tanto no seu evoluir interno como na necessidade expansiva de uma constelação de formação social nacional-populares interdependentes” (IBIDEM, p. 74) que, no caso chinês, culmina com a Guerra do Ópio, posteriormente analisada.

Contudo, a violência não era o único meio de expansão ocidental. Esta se realiza pelos militares, mercadores e missionários (os três Ms). “As companhias de mercenários garantem a conquista dos territórios e dos homens, as Cia. Das Índias garantem a conquista dos mercados, e a Companhia de Jesus garante a conquista espiritual” (LATOUCHE, 1996, p. 17). O processo de ocidentalização é uma forma mais profunda dessa expansão.

A partir da noção de indivíduo proprietário entendida pelo liberalismo, o Ocidente estabelece a concepção de progresso baseada no crescimento do complexo industrial. Cria-se, portanto, a noção de desenvolvimento: a sociedade ou é desenvolvida ou não o é. A idéia de desenvolvimento industrial nos indica, à luz liberal, o “progresso” da sociedade. Destarte, o progresso de uma sociedade deriva da capacidade de produção e apropriação individual ante o mercado. No entanto, “Fora dos mitos que alicerçam a pretensão de dominar a natureza e fora do esquema contínuo, linear e cumulativo do tempo, as idéias de progresso e desenvolvimento não tem rigorosamente sentido algum, e as praticas técnicas e econômicas delas decorrentes são totalmente impossíveis, porque insensatas ou proibidas” (IDEM, p. 46). “Este projeto civilizador amadureceu no Ocidente e está grandemente identificado com ele. Na atualidade, a forma dominante desse projeto não é outra senão o ‘desenvolvimento’” (IBIDEM, p. 51).

No que tange à História chinesa, o processo de ocidentalização teve início logo após a Guerra do Ópio (1839-1842). O governo chinês, ao decidir nomear um funcionário público chamado Lin Zexu como comissário imperial na região de cantão a fim de acabar com a prática do comércio de ópio, levando aos traficantes ingleses a acumulação de enorme quantidade de ópio. Utilizando-se da persuasão, a partir dos valores morais – nota-se grande conteúdo confuciano nesta atitude –, Lin Zexu promove a entrega, por parte dos ingleses, de 1400 tonelada de ópio bruto (SPENCE, 1996, p. 162-163). Os ingleses, imbuídos de seus valores liberais, esperam, em vão, a indenização da destruição de seus produtos e, já em clima hostil devido à política de “limpeza”, sobem com seus navios até Cantão.

Travados os combates, o desfecho é a derrota chinesa e, posteriormente, a assinatura do Tratado de Nanquim (1842) – o mais importante Tratado do Direito Internacional da China moderna – que garante a cessão de Hong Kong aos britânicos, a indenização dos ópios destruídos e dos reveses de batalha e, o mais importante, a abertura de cinco portos chineses (Cantão, Fuzhou, Xiamen, Ningbo e Xangai) para o comércio externo e residência de estrangeiros.

Ao reduzir à China ao estado de semicolônia (LATOUCHE, idem, p. 21), os países ocidentais mantêm o aparelho do Estado chinês intacto em relação às questões essenciais, pois “O sistema dos ‘tratados desiguais’, em sua primeira fase, não provoca a substituição desse aparelho de Estado pelas Potências” (CHESNEAUX, 1976, p. 28). Os tratados desiguais eram acordos das potências Ocidentais (Alemanha, Estados Unidos, França, Inglaterra) e, posteriormente, com outras nações (Japão pós-Era Meiji, adaptada ao sistema de produção Ocidental e, em menor medida, a Rússia) com o governo imperial sobre alguns pontos que, posteriormente, veio a criar aquilo que se denomina “zona de influência”; dentre eles:

“O privilégio da extraterritorialidade permite aos estrangeiros escapar da jurisdição chinesa comum e depender apenas dos cônsules; as ‘concessões’ são anexações disfarçadas, não previstas pelos tratados, que colocam bairros comerciais em certos portos sob a autoridade de uma ou diversas Potências (...) A esses direito e privilégios, acrescentam-se a liberdade de circulação das flotilhas de guerra estrangeiras em águas territoriais chinesas, o que permite, quando oportuno, pressão sobre um mandarim recalcitrante de província (*gunboat policy*)” (IBIDEM, p. 28-29).

A adoção de tecnologias ocidentais se inicia no período em que a China já se vê inteiramente partilhada e dominada pelos estrangeiros e, ainda, o governo recentemente enfrentou revoltas populares (dos taipings, dos nians, das muçulmanas, Movimento da Lótus Branca) e testemunhou as superiores invenções militares dos “bárbaros”, o que compreendeu na crise política chinesa. Deste modo, o governo chinês se volta para o Ocidente e inicia uma

série de reformas envolvendo, primeiramente, a modernização militar, econômica e industrial. O principal partidário dessas Reformas durante o período do imperador Tongzhi foi Zeng Guofan, o qual se viu impressionado pelo poder de fogo dos ocidentais, estacionados em Xangai; defendeu, também, a inclusão de línguas estrangeiras nas escolas e se perguntava o porquê das potências ocidentais serem mais fortes que a China, já que esta era cem vezes maior que a França e duzentas vezes maior que a Inglaterra (SPENCE, Idem, p. 204). Por volta de 1890, os funcionários provinciais já estavam agindo como empresários independentes, onde “a política de autofortalecimento procurara expandir a base econômica do país através da criação de ‘companhias supervisionadas pelo governo e administradas por comerciantes’”; começara, ainda, a haver maior interesse nas chamadas “companhias de administração conjunta por funcionários de comerciantes”; bem como a formação de câmaras do comércio. (IBIDEM, p. 244).

Com o aumento das revoltas populares e a crescente probabilidade do desmoronamento da dinastia dos manchus, a imperatriz Cixi organiza outra série de reformas de cunho ocidental.

“Entre 1860 e 1905, a corte Qing e as autoridades provinciais chinesas tinham tentado adaptar um amplo espectro de técnicas e idéias ocidentais às necessidades comprovadas de seu país: artilharia, navios, telégrafo, escolas novas, fábricas, câmaras de comércio e direito internacional. (...) o objetivo era sempre aprender certas práticas do Ocidente que tornariam a China mais forte e capaz de se proteger das pressões e exigências do mesmo Ocidente” (IBIDEM, p. 247).

E mais, a imperatriz Cixi, em 1905, ordenou a ida de um grupo de estudos composta de cinco príncipes e funcionários para o Japão, Estados Unidos e Europa a fim de estudar os governos e investigar a necessidade de alguma reforma constitucional (IBIDEM, p. 247), visando o estabelecimento da monarquia constitucional como meio de preservação do Império. É com a morte da imperatriz que o Império Qing começa a se decompor e, intelectuais como Sun Yat-sen – o qual estabelece os “Três Princípios do Povo: soberania, independência e bem-estar” – e militares como Yuan Shi-Kai enfrentam a monarquia e instituem a República, calcada nos modelos ocidentais, mas ainda autoritária e antidemocrática, mantendo as “zonas de influências” estrangeiras e a mesma elite no poder.

Durante o período analisado, observa-se a reprodução do Ocidente em território chinês, seja por influência direta dos atores ocidentais que se utilizam de suas atividades como fonte de riqueza para suas nações e deixam seus legados indiretamente, seja pela classe dirigente que, ao perceber a disparidade entre suas tecnologias e as dos ocidentais, rompem com as relações sociais tradicionais e instauram um processo de modernização e ocidentalização em todas as esferas, do político à militar, onde a China procura mimetizar o ocidente (LATOUCHE, 1996) e retirar o atraso tecnológico da sociedade que, por milênios, fechou-se para o mundo e mesmo assim foi uma das mais avançadas no mundo.

Referências Bibliográficas:

- BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder*. São Paulo: UNESP
- CHESNEAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos Séculos XIX e XX*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
- LATOUCHE, Serge. *A Ocidentalização do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ROIO, Marcos del. *O Império Universal e seus Antípodas*. São Paulo – Ícone, 1998.